



IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

METODOLOGIAS DE ENSINO NA ATUALIDADE: NOVAS POSSIBILIDADES DE EXPLORAR A HISTÓRIA

Edivaldo Gomes Pinto Júnior

edivaldog4@yahoo.com.br

Cléofas Lima Alves de Freitas Júnior,

cleofashistoria@yahoo.com.br

(UEPB)

Resumo

Novas perspectivas de ensino de história surgem na hodiernidade tendo por alicerce a complementação dinâmica proporcionada pelas novas tecnologias e um melhoramento no foco pedagógico com o fito de solidificar novas aprendizagens. Surgem, portanto, multifacetadas formas de se conjugar tecnologia com ensino, transformando a plasticidade da pedagogia até então empregada na educação. Uma análise sintética sobre as fontes, realizada dentro do âmbito da História Cultural e de suas ramificações revela a potência didática advinda de tal inter-relação. Neste sentido, o foco das análises se dará em um período coetâneo à ascensão da cultura cibernética, ou seja, nas três últimas décadas; sendo arrolados os ensaios de Pierre Lévy, Tomaz Tadeu da Silva, e Carla Bassanezi Pinsky, além dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) em seu terceiro e quarto ciclo, dos quais avaliamos poder auxiliar com novas ferramentas o docente no contexto do ensino fundamental, haja vista o fino estudo traçado pelo primeiro em torno das multiplicidades dialógicas e suas possibilidades de inserção na sala de aula, além das alternativas sistemáticas apresentadas pelo último documento a fim de fornecer um norteamento didático vasto para o professor. Desta forma, com todos estes subsídios, têm-se novas oportunidades de implementação do ensino fundamental e sugestões de gradual renovação dos instrumentos do saber, inserindo-se os equipamentos frutos da tecnologia no contexto escolar.

Palavras-chave: Ensino. Prática Pedagógica. Educação.

1 Necessidade de renovação pedagógica

Temática fundamental na hodiernidade, a preocupação da exploração das diversas vias didático-pedagógicas do ensino de história e a análise das novas possibilidades imbricadas com as tecnologias cada vez mais interativas apresentam-se como objetivos fundamentais desta apreciação. Percebe-se um movimento pedagógico paulatino alicerçado nos PCNs, doravante texto-base para implementação educacional no contexto nacional, haja vista sua usabilidade plural e suas acertadas propostas de esmiuçamento histórico que contemplem o indivíduo inserido na sociedade e sua indissociável cosmogonia.

Obstante aos questionamentos e propostas positivos apresentados pelos PCNs, sem dúvidas faz-se necessária a crítica do mesmo objeto em vários sentidos, principalmente por sua concentração política e economicista em detrimento da cultural e sensível, além das propostas

2618





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

excessivamente metódicas e de perspectiva fundamentalmente nacionalista, muito embora, como será analisado, constituam estas somente propostas curriculares. Tal crítica será implementada já no primeiro item.

Silva descreve organicamente a necessidade de equilíbrio teórico na hodiernidade, em vista da existência de uma pluralidade descomunal de óticas:

É preciso reconhecer que a chamada ‘virada linguística’ pode nos ter levado à negligenciar certos mecanismos de dominação e poder que tinham sido detalhadamente analisados pela teoria crítica. Embora seja evidente que somos cada vez mais governados por mecanismos sutis de poder tais como os analisados por Foucault, é também evidente que continuamos sendo também governados, de forma talvez menos sutil, por relações e estruturas de poder baseadas na propriedade de recursos econômicos e culturais (2004, p. 145).

Concordando, portanto, com os PCN’s podemos delinear uma ponte com outro texto-base fundamental para a reflexão do arcabouço tecnológico atual: “Cibercultura”, de Pierre Lévy. Traçando um panorama sobre a internet e as ferramentas atreladas ao *pc*¹, Lévy dedicar-se-á a apresentar novas modalidades de aprendizado advindas de tal forma comunicativa, realizando uma apreciação sobre os fatores positivos e negativos que podem ser utilizados em complemento ao sistema educacional presente. No segundo item contemplaremos uma rápida análise sobre o referido livro.

Enfim, cabe ressaltar o dispositivo utilizado de contraposição opinativa de uma professora do Ensino Básico e Fundamental, capaz sobremodo de conceder um “choque de realidade” às propostas observadas; apresentando, desta forma, a viabilidade empírica das possibilidades contempladas. Sem dúvidas, é este um exercício prático de contextualizar e ponderar com a experiência prática de uma docente as propostas que se apreendem dos substratos supracitados, não menos necessário quando falamos de práticas pedagógicas.

¹ *Personal Computing* em inglês, *Computador Pessoal* em tradução livre.





2 Re-pensando os parâmetros curriculares nacionais

A prática do ensino pressupõe a ressignificação periódica das metodologias e do arcabouço teórico a fim de proporcionar atualizações e dinamicidade com o contexto do aluno e do professor. Ainda mais quando concernente à área de história, onde a sedimentação do conhecimento requer a profunda análise multi-contemplativa de novas obras e análises dos pares. Ato contínuo, a reavaliação dos conteúdos de ensino deve ser uma preocupação primordial para o professor, haja vista ser esta a natureza de seu trabalho: a exploração crítica do pretérito para o compreensão do presente.

A natureza desta problemática é abordada nos PCNs quando da apresentação documental e sistemática dos parâmetros definidos pelo Ministério da Educação para o ensino de história. Cada conjunto que incide sobre o terceiro e quarto ciclos demonstra os critérios avaliativos, as orientações e métodos didáticos, os eixos centrais e transversais a serem buscados. Desta forma, é um documento imprescindível para o historiador contemporâneo, tendo em vista sua plenitude no sentido programático e seu sólido direcionamento conceitual.

E para refletir-se o peso das tecnologias no ensino, faz-se necessário pensar, em um primeiro momento, os programas referenciais para a disciplina de história haja vista ser eles um eixo norteador para a dinâmica em classe. Imperam, desta forma, sobre os usos de dispositivos, os motes discursivos e as análises dos eventos e tessituras históricas, advindo desta assertiva a importância de uma primeira análise sobre estes documentos.

2.1 Características e usos do terceiro ciclo

Quando fazemos referência ao terceiro ciclo, um período propedêutico para a clivagem efetiva entre história e geografia por parte do alunado advindo do ensino básico, delineiam-se algumas metas objetivas observadas como básicas para fomentar uma compreensão histórica e uma noção de criticidade que deve derivar da mesma. Os PCN's evidenciam que

[...] Cabe ao professor identificar seus conhecimentos [do alunado] e desenvolver trabalhos mais aprofundados sobre padrões de medida de tempo e respectivas histórias, para que possam, de modo autônomo, localizar fatos e sujeitos nas





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

devidas épocas e, dessa forma, ao longo da escolaridade, aprenderem a discerni-los por critérios de anterioridade, posterioridade e simultaneidade (1998, p. 54).

Torna-se fundamental repensar a sociedade, o trabalho, as transformações tecnológicas etc., além de infundir-se no aluno, de modo paulatino, a identificação básica de conceitos históricos, medidas de tempo (extremamente necessário, em se tratando de uma disciplina que cuida da situação espaço-temporal do indivíduo) e utilização de fontes históricas no cotidiano e no âmbito escolar. Necessariamente sobre este último aspecto – exploração das fontes –, cabe frisar a importância de sua definição neste campo de trabalho didático da história.

Como ressalta Pinsky e Luca

Discutir o que consideramos um documento histórico é, na verdade, estabelecer qual a memória que deve ser preservada pela História e qual o estatuto da própria história. A categoria documento [sic] define uma parte importante do campo de atuação do historiador e a amplitude da sua busca (2011, pp. 09-10).

Os eixos-temáticos instrumentos tornam-se preciosos de orientação didática para o professor ante a carência mais tarde apresentada com a ciência do panorama atual da escola pública. Ressalte-se, pois, neste momento as indicações organizacionais para o terceiro ciclo: “História das relações sociais, da cultura e do trabalho”. Trabalhando a inserção do indivíduo no seu contexto regional e em uma localização supra-mundial (ainda mais fortalecida com a quebra de fronteiras proveniente da aproximação da tecnologia) “propõe-se que as questões atuais sensibilizem os alunos para o estudo do passado. Conhecendo outras realidades temporais e espaciais os alunos podem dimensionar a sua inserção e adesão a grupos sociais diversificados (PCN, 1998, p. 56)”. A fomentação, portanto, do conhecimento de outras realidades e estruturas providencia o reconhecimento da unidade entre o indivíduo na sociedade.

Deve-se primar, quando do desenvolvimento de uma educação histórica, o reconhecimento sensível do cotidiano que o aluno vive; ou seja, realmente deve ser o educando levado a repensar criticamente, de acordo com os axiomas da história, problemáticas pertencentes às coisas elementares de sua realidade, como “as relações sociais e a natureza” ou “o imaginário, o regime de propriedade e a mensuração temporal”. A partir do questionamento e da descoberta dos significados, pode o educando efetivar a compreensão do valor histórico aplicado nos mais diversos objetos, alicerçando seu entendimento e sua realização pessoal. Ainda a tempo, uma





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

proposta que se demonstra ser interessante é o esmiuçamento das formas de trabalho, sua temporização e articulações respectivas, refletindo-se sobre a “diversidade de atividades e profissões que convivem em uma mesma sociedade e que existiram em diferentes tempos; a divisão de trabalho e sua transformação no tempo; a divisão de tarefas no espaço doméstico (*Ibidem*, p. 57)” etc.

De forma a abordar organizadamente os assuntos, ato contínuo ao quarto ciclo, as propostas são divididas didaticamente no documento por continentes e países, prevalecendo como ponto de interseção “os estudos das relações no tempo, as reflexões sobre as contradições sociais e sobre os processos históricos contínuos e descontínuos (*ibidem*, p. 57)”.

Arelado a esta questão, os critérios avaliativos referentes ao terceiro ciclo tornam-se propostas efetivas para a contemplação holística dos aspectos educativos do aluno. Todo ensino que almeje alcançar patamares maiores deve ser focado em metas e correções conseqüentes das auto-avaliações, justificando-se por isso uma pré-definição de como deve ser feito o teste, quais os aspectos construtivos ele deve abordar e como se utilizar dele para melhorar as práticas educativas.

Desta forma,

é importante considerar o conhecimento prévio, as hipóteses e os domínios dos alunos e relacioná-los com as mudanças que ocorrem no processo de ensino e aprendizagem. O professor deve identificar a apreensão de conteúdos, noções, conceitos, procedimentos e atitudes como conquistas dos estudantes, comparando o antes, o durante e o depois (*Ibidem*, p. 62).

Em face disto, o diagnóstico traçado com a avaliação também deve atingir ao próprio educador, de modo que seja realizado plenamente uma múltipla avaliação, contemplando esta: métodos, instrumentos de trabalho e dinamicidade de ensino. Este é um vetor importante quando consideramos uma cultura não-dialógica enraizada na educação, onde as exigências somente partem do professor para o aluno, quando esta deveria ser dialógica, bipolar, unificando uma avaliação de ambos os envolvidos no processo educacional.

Compreende-se que, chegado o final do terceiro ciclo, devem ser destacados alguns critérios avaliativos (*ibidem*, p. 62-63), como a identificação das relações variadas existentes entre sociedade, cultura e natureza, mensuração temporal de tais relações, identificação e construção





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

de perspectivas históricas, situar as relações de trabalho em uma linha temporal e identificação das modalidades, e, ainda, o reconhecimento da diversidade dos documentos históricos.

Enfim, e não menos importante, deve ser refletido o consumo de tal arcabouço de forma a torná-lo coletivamente compreensível e estimulante. Tal axioma não fora bem compreendido em um pretérito educacional que visou a disciplinaridade e a formação social rígida, condição *sine qua non* para a defasagem do sistema educacional, embora existia o relevante fator “metas” que atualmente é considerado vetor atípico dos programas curriculares. Se faz premente, portanto, que a educação enseje a busca individual do educando de conhecimentos outros, plurais, possibilidade somente visada quando do processo ser proporcionalmente estimulante e prazeroso. Cada vez mais, como será mais tarde abordado, as tecnologias incidem na melhoria da reflexão cognitiva, aprimorando o processo educacional com maior dinamicidade, tornando agradável a apreensão e comprazendo o aluno com oportunidades de expansão intelectual.

2.2 Características e usos do quarto ciclo

O quarto ciclo apresenta um aprimoramento dos conhecimentos históricos previamente apreendidos que deve ser levado a cabo pelo professor, pressupondo, grosso modo, uma preparação prévia proporcionada pelo terceiro ciclo. Pode-se, pois, perceber que é um período fecundo para a compreensão do contexto onde se insere o educando, além de ser ocasião copiosa para a fomentação de novas buscas cognitivas que não devem se restringir somente à área política e econômica, mas ultrapassá-las até um arcabouço mais geral – a história pode abordar qualquer campo porque não possui área de estudo específica².

Além de constituir-se como objetivo deste período um maior domínio final dos conceitos temporais, é sugerido o aprimoramento dialógico do educando e o desenvolvimento de sua capacidade de trabalho de forma autônoma e criativa. Reflete-se neste período escolar sobre as questões atinentes à política, tendo em vista um maior conhecimento adquirido do aluno e maior facilidade de compreensão dos eventos históricos que modificaram o cenário político dos últimos

² Cf. DE CERTEAU. Michel. *A escrita da História*. Tradução Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

séculos. A formação da cidadania destaca-se como um dos pontos fulcrais de todas as propostas para tal ciclo.

As relações de poder e as representações, conceitos caros ao historiador, passam a ser abordados neste período didático:

[...] o quarto ciclo privilegia estudos sobre as relações de poder na História brasileira e de outras partes do mundo. Está organizado de modo a permitir o conhecimento de momentos históricos nas suas singularidades, favorecer estudos de relações de semelhanças, diferenças, permanências e transformações entre diferentes épocas e estudos de processos contínuos e descontínuos (*Ibidem*, p. 67).

Confrontos políticos, guerras, estados nacionais, regimes políticos e partidários, contexto político internacional e assuntos afins são abordados de modo a “sensibilizar” o aluno e torná-lo consciente de seu papel como cidadão, além do reconhecimento da situação política nacional que vigora na atualidade após toda uma história de litígios e confrontos para a manutenção do poder.

No mais, continua-se a destacar as divisões didáticas que obedecem à geografia planetária, tratando-se em um primeiro momento, de preferência, à historicidade nacional para depois partir-se a uma conjuntura global, situando-se o aluno nos contextos políticos que engendraram a própria economia política regional. Em se tratando de história, recomenda-se o destaque para o estabelecimento paulatino da noção cronológica, essencial para a diferenciação conceitual dos *insights* estudados, de modo a endossar o senso crítico do aluno e aumentar enormemente sua capacidade dissertativa com a auto-organização do arcabouço histórico.

Os critérios de avaliação consideram a compreensão holística do aluno, tal qual o terceiro ciclo, principalmente servindo como avaliação do aproveitamento das aulas e retorno do investimento cognitivo realizado ao longo do período pelo professor. E como se fez menção ao escopo de inculcar-se no aluno um conhecimento do sistema político e econômico macro-planetário, deve-se atentar nas avaliações a absolvição de tais conteúdos e a capacidade de dimensionamento temporal criado no educando; devendo-se, semelhantemente, primar pelo desenvolvimento da capacidade interpretativa, de modo a enraizar no alunado a identificação das singularidades históricas atinentes ao conteúdo supracitado. Sobretudo, o processo de avaliação também deve tornar-se um meio de realizar-se o diagnóstico da funcionalidade educativa e da





pertinência do ensino de determinados conteúdos, antevendo-se melhorias e formas de tornar a operação educativa prazerosa, formando alunos proporcionais às exigências do mundo exterior.

2.3 A problemática da execução

As dificuldades na execução de tal formatação se manifestam em diversos níveis, derivando necessariamente da carência teórico-temporal do alunado que, em um *continuum*, passa pelos diversos estágios escolares sem a devida formação e avaliação criteriosa, de modo que o professor de história do terceiro ciclo herda dos períodos imediatamente anteriores a má formação do sentido histórico. Explicitemos em outras palavras. As dificuldades e o atraso partem de uma conjectura anterior onde, docentes sem a devida capacitação na área de história apresentam ao “receptor didático” modalidades históricas avessas a realidade ou problemáticas em sua acepção, além de deformações educativas outras que engendram conformidade, falta de senso crítico e passividade do jovem.

Além disto, um óbice evidente neste íterim é o de que os PCNs abordam a historiografia concedendo pujante atenção à aspectos economicistas e políticos, equilibrados com menções culturais e sociais que, ainda assim, tornam-se marginais na conjuntura. Compreende-se a importância deveras da política em uma sociedade em constante expansão, todavia, quando fazemos menção das abordagens históricas, cada vez mais referenciamos o papel essencial desempenhado pela cultura enquanto conjunto amplo de significados e significantes. Outrossim, uma educação pautada primordialmente em fatores políticos, embora conceda margem para uma maior auto-compreensão do papel social desempenhado pelo indivíduo, abre um brecha para o apologismo político, ainda mais em uma situação prática que vivenciamos de carências educacionais e salas de aula viciadas, mesmo em ambientes acadêmicos.

A professora Eliete Barbosa de Lima³, educadora do período fundamental supra-mencionado, enxerga diversos escolhas neste processo. Quando indagada em relação à aplicação prática do seu arcabouço adquirido na universidade e proposto pela instituição de ensino, Eliete

³ Entrevista realizada em 18/04/2011 (20:35 PM), docente da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio dr. Alfredo Pessoa de Lima, na cidade de Solânea – PB.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

responde que a *“situação é heterogênea, dependente da subjetividade do aluno, sendo sentido muitas dificuldades, principalmente pela participação escassa do alunado”*. O *métier* do historiador vê-se prejudicado com uma deficiente estrutura física e psicológica, aparentando aos mais incautos ser tal situação derivada da falta de investimentos⁴, quando, na verdade, ocorrem problemas severos na distribuição (ou logística) dos recursos provenientes do erário federal.

O oximoro é ainda maior, segundo a professora Eliete, quando da aplicabilidade das propostas dos PCNs, dado o fato da incongruência da maioria dos programas curriculares com a situação local dos educandos, especialmente várias das propostas para o quarto ciclo: *“Não aplico o que vivi [na universidade], tentei aprender. Leciono segundo a realidade do aluno”*. Para tal, as propostas deveriam ser aplicadas em doses homeopáticas, a fim de acompanhar a cognitividade da sala, para depois poder ser aplicada em sua quase totalidade.

Ressalta a professora a necessidade da crença no sistema educacional, que, embora deficiente, ainda assim é aquele que forma os indivíduos na nossa realidade. Embora sejam patentes as contradições, deve-se conceder com profissionalismo e real interesse atenção à educação; recomendando a mesma aos futuros professores *“muita paciência, perseverança e amor à profissão, principalmente”*.

3 Refletindo sobre a cibercultura⁵

A hodiernidade está imbricada com a internet tanto quando em um pretérito não tão distante estava ela ligada à imprensa. As novas tecnologias multi-modais confluem vários sistemas em um formato digital, de modo que nossos sentidos e sensibilidades passam a ser explorados com o aporte tecnológico, tornando a mesma suporte para a inteligência e a memória coletiva. As relações dialógicas tendem a se aproximar cada vez mais, ignorando os limites geográficos ou

⁴ Cf. ALMEIDA, Paulo Roberto. Presença da universidade no desenvolvimento brasileiro: uma perspectiva histórica. *Revista Via Política*. Julho de 2009. Disponível em: http://www.viapolitica.com.br/diplomatizando_view.php?id_diplomatizando=38.

⁵ Segundo Lévi, *“cibercultura”*, especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” (2010, p. 17).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

físicos (sexualidade e amizade virtuais) utilizando como ponto intermedial as novas possibilidades dos equipamentos unimídia.

Como ressalta Pierre Lévi, uma sensação cada vez mais profunda de ineficácia depurativa e descontextualização se sobrepõem ao indivíduo moderno, de forma que as evoluções informáticas e afins aparentam provir de outro universo que não o do homem, causando sensação de deslocamento que muitos (fato criticado pelo autor) traduzem em *impacto*. Mas, a organicidade do sistema que é produzido pelo homem e balizado por sua capacidade cognitiva é um fator patente, ao que as tendências de tradução das tecnologias em entidades ou instituições favorecem a compreensão contrária, pétrea e inorgânica.

Seria a tecnologia um ator autônomo, separado da sociedade e da cultura, que seriam apenas entidades passivas percutidas por um agente exterior? Defendo, ao contrário, que a técnica é um ângulo de análise dos sistemas sócio-técnicos globais, um ponto de vista que enfatiza a parte material e artificial dos fenômenos humanos, e não uma entidade real, que existiria independentemente do resto, que teria efeitos distintos e agiria por vontade própria (LÉVI, 1999, p. 22).

Os signos, imagens, teorias, arcabouços, enfim, todos os constructos são produtos imagéticos do homem e torna-se um empreendimento impossível a tentativa de separação e abstração dos pólos em questão, incidindo nesta impossibilidade a crítica de Lévi, mesmo à uso de metáforas que por vezes passam despercebidas nos estudos relativos ao ciberespaço. O autor das modificações tecnológicas é o agente coletivo humano, a reunião das capacidades reflexivas espalhadas pelo mundo em um espaço socializável, resultando da evolução dos sistemas comunicativos e empíricos.

Portanto, fazer tábua rasa das técnicas e realizar comparações desconexas é explorar uma seara perigosa, a partir de que as divergências e semelhanças entre as modalidades tecnológicas não permitem fazer uma definição absoluta do fluxo que é a rede cibernética. Com o avanço silencioso que torna obsoletos sistemas tidos por avançados em um curto período de tempo, as definições acabam por se tornar aporias e quimeras derrubadas com a ascensão de projetos que exploram de modos plurais nossas sensibilidade e capacidade reflexiva.

De aí que deve ser pensada a tecnologia como *condicionante* e não *determinante*. Vejamos. Quando supomos que uma dada invenção (aparato técnico), em si, determina modificações e/ou rupturas em uma sociedade, incautos, ignoramos fatores outros que sempre servem de alicerce

2627





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

para a ereção de novas formatações técnicas; tornando-se não exatamente *determinante* (em um sentido de singularidade), mas *condicionante*, como fator aberto que se insere em uma coletividade de significantes. Como ressalta Lévi, dizer “que a técnica condiciona significa dizer que abre algumas possibilidades, que algumas opções culturais ou sociais não poderiam ser pensadas a sério sem sua presença (1999, p. 25)”. Em suma, a complexidade do termo não permite que sua usabilidade seja vasta – em se tratando de *determinante*.

Pensando em termos práticos toda a construção até agora efetuada, cada vez mais enxergamos a penetração do mundo tecnológico integrado pela vasta rede que é a internet dentro do âmbito educacional. A estrutura da rede torna-se condicionante para modificações que ultrapassam o objeto puramente tecnológico e avançam sobre a sociabilidade e a culturalidade humana, fomentando novas manifestações e identificações comunitárias. Um exemplo elementar pode ser pensado: manifestações de grande porte, como a derrubada do governo egípcio por via da Primavera Árabe ou manifestações contra a corrupção em Brasília, atualmente, são organizadas no ambiente interativo da internet, servindo ele como elo ou meio de promoção de eventos coletivos. Tal possibilidade que se abre pode ser aplicada na educação a partir de que o ciberespaço serve de ferramenta usual com potencial indeterminável de deformações e usos; a internet é um modo multi-capacitivo de intermediar a instituição escolar (cada vez mais desterritorializada) com o educando.

Pierre Lévi nomeia de *inteligência coletiva* a unificação das capacidades cognitivas interligadas por meio do espaço unimídia que é a internet, a rede ao qual ele compara com o rizoma⁶ – ausência de fronteiras, profusão de cruzamentos e inexistência de centro. As tecnologias interativas, portanto, servem de instrumento para a criação intensificada de uma coletividade reflexiva. Não que já não existisse tal coletividade com a confluência de conhecimentos em um espaço, remontando uma grande tentativa com a *Enciclopédia* de Diderot e D’Alambert, mas agora as possibilidades apresentadas com a quebra das fronteiras da inteligência humana aplicada, permitem uma sistemática mudança onde a memória preservada pode ser explorada por

⁶ O exemplo do rizoma também é utilizado por teóricos como Michel Foucault e De Certeau para exemplificar a noção de interdisciplinaridade histórica.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

qualquer pólo da rede e por qualquer indivíduo, considerando previamente a posse de terminais de conexão.

De fato, o estabelecimento de uma sinergia entre competências, recursos e projetos, a constituição e manutenção dinâmicas de memórias em comum, a ativação de modos de cooperação flexíveis e transversais, a distribuição coordenada dos centros de decisão opõem-se à separação estanque entre as atividades, às compartimentalizações, à opacidade da organização social (*Ibidem*, p. 28-29).

A faculdade própria da rede de balizar, em um sentido plástico, os limites de inserção e compartilhamento de conhecimento, é o chamado *pharmakon*, segundo definição apresentada por Lévi: o remédio e o veneno unificados em um mesmo meio. Seria um “processo de retroação positiva”, uma auto-manutenção realizada pelo próprio ciberespaço que, ou apresenta guinadas de desenvolvimento ou retroage para modalidades de interatividade esquecidas na linha do tempo. Deriva disto uma capacidade exclusiva que força os indivíduos a acompanharem os avanços, de modo que, automaticamente, a não-interação à ação engendra a exclusão. As mutações ocorridas neste espaço, parafraseando o autor, aceleram os métodos que já estavam em fluxo.

Depreende-se, portanto, deste universo em expansão acelerada uma nova pedagogia alicerçada nas possibilidades imbricadas ao sistema tecnológico que é a internet. Fortalecem-se as EADs (Ensino aberto e a distância), o ensino por meio do *e-learning* e o espaço convencional da escola é desfocado, desmaterializado, sendo inserido no virtual espaço da rede. É um processo benéfico desde que age a inteligência coletiva no aprimoramento do conhecimento, além da fomentação de ações dinâmicas em grupo. A economia, fator não menos importante quando pensamos a educação, é superiormente maior, quando pensamos que com um terminal (equipamento básico) e o acesso à rede, têm-se a possibilidade de estudo em domicílio, talvez até integralmente. É uma alternativa concreta que, inclusive, empresas vislumbram cada vez mais, oferecendo facilidades para o empregado trabalhar em sua própria casa, próximo aos seus familiares e com toda comodidade advinda do contexto.

Esclarece Lévy que

essas tecnologias intelectuais, sobretudo as memórias dinâmicas, são *objetivadas* em documentos digitais ou programas disponíveis na rede (ou facilmente





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

reproduzíveis e transferíveis), podem ser *compartilhadas* entre numerosos indivíduos, e aumentam, portanto, o potencial de inteligência coletiva dos grupos humanos (*Ibidem*, p. 157).

A personalização é um traço marcante desta nova aprendizagem, sobretudo porque a internet proporciona de modo simultâneo diversas ferramentas educacionais. Com essa mutação advinda da mediação tecnológica, instaura-se uma nova economia do saber que funciona de modo cooperativo, alterando-se profundamente o papel do professor que se torna em um ensino presencial um intermediador da educação. Sua função, ao invés de tão exclusivamente repassar o conhecimento (doravante, atribuição buscada em outras fontes), será o de estimular a profusão da criatividade e da autonomia individual. Principalmente, o cenário de saturação das universidades públicas será modificado em favor da fragmentação educacional em vários centros midiáticos, capacitados tecnologicamente a fim de servir de aporte para as centrais multimídias que transmitem os conteúdos paradidáticos; abrem-se novas possibilidades pedagógicas haja vista as facilidades derivadas desse sistema, claramente inclusivo e democrático.

em novos “campus virtuais”, os professores e os estudantes partilham os recursos materiais e informacionais de que dispõem. os professores aprendem ao mesmo tempo em que os estudantes e atualizam continuamente tanto seus saberes “disciplinares” como suas competências pedagógicas (*Ibidem*, p. 171).

Os custos da educação, com investimentos gradualmente menores, passarão por fundamental reforma. A função das bibliotecas preenchidas de livros seculares ou recém-confeccionados não se modificará, mas se integrará a um sistema maior que envolve também midiatecas (em um sentido mais plural, onde podem ser encontrados áudios, imagens, ebooks etc.) de modo que o digital estará complementando o não-virtual. Tal modificação, plastificação do ensino, mais do que uma tendência da juventude que investe em tecnologias, também pode ser percebida como exigência de uma sociedade global que modificou seu conceito de educação, não mais sendo esta uma faculdade perene mas um *continuum* que é aprimorado e, portanto, exige constante reavaliação do próprio indivíduo, inserindo-se em uma competição de mercado cada vez mais agressiva. Não à toa, o “velho esquema segundo o qual aprende-se uma profissão na juventude para exercê-la durante o restante da vida encontra-se portanto, ultrapassado (*Ibidem*, p. 173)”.





3.1 A *prima facie* do conhecimento

O panorama que se descortina da concentração de saberes na rede aparenta ser um segundo dilúvio, em aforismo de Lévi; uma “onda” de informações onde a arca se multiplica em vários barcos, cuja “navegação” ou o “surfe” são realizados de modo individual e, ao mesmo tempo, partilhado. O fluxo de informações é apreendido pelo educando de modo seletivo e, mesmo sob um férreo direcionamento programático, torna-se multi-focal, gozando de liberdade heurística jamais percebida em um regime outro de aprendizado.

É clarividente que pensar as tecnologias como evolução natural – embora não aparentem o ser – deve ser uma constante. A compreensão das modificações positivas é algo essencial para a aplicação consciente de novas metodologias de ensino; portanto, mais do que obedecer cegamente a um novo padrão que urge, cabe ao indivíduo contemporâneo reavaliar as possibilidades imbricadas nas invenções informáticas. Concomitantemente à defasagem do antigo arcabouço educacional, surgem várias outras estruturas empíricas, produtos da evolução cibernética combinada com formas de aprendizagem, constituindo-se desta forma como movimento natural de progressão cognitiva humana.

É peremptório o papel estatal na definição de novos parâmetros de avaliação de proficiência dos educandos, acompanhando as mutações do aprendizado e definindo, grosso modo, uma nova economia cognocitiva. De acordo com a ótica já observada, em que o conhecimento se difunde como rizoma, não mais se institucionalizando ou pertencendo a um centro, torna-se exponencial a modificação do reconhecimento oficial por meio do diploma. A tendência, portanto, é a de surgir um sistema de entrega federalizado – no caso brasileiro –, independente de centros educacionais, à semelhança do atual ENEM, avaliando as faculdades dos candidatos e outorgando a diplomação (embora seja necessário pensar uma forma de obrigar os candidatos a passarem por uma formação sólida, não focada tão somente na avaliação referida). Lévy afirma que em função desse “grande serviço descentralizado e aberto de reconhecimento e de validação dos saberes, todos os processos, todos os dispositivos de aprendizagem, mesmo aqueles menos formais, poderiam ser sancionados por uma qualificação dos indivíduos (1999, p. 175)”.





3.2 A aplicação prática da teoria

Os projetos de digitalização do sistema de ensino esbarram em vários problemas práticos. No tocante às divisas fundamentais para a construção de um novo espaço, de acordo com o declarado pelo erário brasileiro, não enxergam-se problemas exponenciais, carecendo-se somente de um pequeno aumento proporcional as exigências internas. O problema reside no *inchamento* do quadro funcional que, dramaticamente, drena cada vez mais recursos sem apresentar a proporcional melhora que deveria ser averiguada. Instala-se o corporativismo estatal e mais e mais recursos são despendidos em universidades e escolas não-estratégicas, confirmando tal ponto de vista Paulo Roberto de Almeida⁷.

A professora Eliete Barbosa de Lima, já referida neste ensaio, faz menção aos escolhos elementares que impedem a implementação educacional. Um dos problemas apresentados pela estrutura escolar e que deve ser sanado a fim de pensar-se na implantação de um novo sistema informático é a superlotação das salas de aula, mais de “sessenta alunos por turma”, além da “carência de livros e assentos” para os jovens educandos, uma completa falta de estrutura trivial. Se a estrutura básica não corresponde ao necessário, devem as mudanças partirem deste ponto, para depois pensar-se em uma integração supra do país no tocante à internet.

A capacitação multimídia dos docentes é fator secundário ante as demais dificuldades, podendo ser sanado com instrutores especializados e com o próprio computador servindo de ferramenta de aperfeiçoamento. Uma cultura institucional de “reciclagens” periódicas poderia garantir a *atualização* dos educadores, além da constante assistência que poderia ser prestada para fomentar a utilização paulatina de novos recursos digitais, a exemplo do projetor e dos grupos de emails.

Enfim, consiste em reformular as políticas de distribuição de bens e cobrança de metas, elementos comuns nas maiores instituições de ensino do mundo, para que haja o aprimoramento e a ereção de uma nova prática pedagógica voltada às novas tecnologias. A coletividade demanda

⁷ Cf. ALMEIDA, Paulo Roberto de. O aprofundamento da educação no Brasil (observações angusteadas do ponto de vista dos estudantes). **Revista Espaço Acadêmico**. Ano 6, Nº 70, mar 2007. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/070/70pra.htm>>.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

cada vez mais esta dissociação do conhecimento tão somente à instituição escolar para localização plural no ciberespaço.

4 Conclusão

Realizamos uma apreciação primeira dos PCNs atinentes ao terceiro e quarto ciclo do ensino fundamental a fim de ressaltar as possibilidades implícitas no documento para usufruto do professor de história da hodiernidade. Observando as sugestões de conteúdos e avaliações pudemos compreender uma linearidade básica que, mesmo saindo da universidade, seria difícil apreender; ou seja, embora a “sólida” formação universitária prepare o indivíduo para os desafios próprios da sala de aula, um direcionamento didático torna-se fundamental porquanto esteja se formando cidadãos na estrutura educacional, responsabilidade nem sempre respeitada ou percebida em sua integridade.

Embora as salas de aula do contexto brasileiro apresentem certa dificuldade na concretização de projetos semelhantes aos PCNs, deve ser ressaltado seu apanágio de ser o campo de experiência singular, portanto, seara propícia para experimentações prudentes de novas didáticas. As contradições fazem parte do cotidiano do profissional da educação, devendo ser compreendida como desafio sadio para a instauração de novas formatações cognitivas e não como dificuldade insanável do sistema.

Com as devidas ponderações advindas de uma professora do ensino básico, profissional próxima à realidade pragmática, pode-se observar com o auxílio de Pierre Lévi as múltiplas facetas da interatividade unimídia advinda do ciberespaço, da internet, aplicadas na educação. Com a afluência de informações e a virtualização do saber humano, transposto para um ambiente computacional, urge para os acadêmicos e professores em geral o domínio senão pleno ao menos básico das modalidades de interatividade apresentados pela informática: é o acompanhar do desenvolvimento tecnológico que deve ser uma atitude voluntária de compreensão individual.

Enfim, a contribuição apresentada por dos documentos anteriormente arrolados reside no entendimento de que a utilização de uma nova pedagogia não se trata somente de uma possibilidade, mas de uma obrigação própria da evolução social que inclui a escola. Nada mais





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

claro e evidente do que o fato da profundidade das modificações acarretar uma guinada não-retroativa, indissociavelmente ligada à evolução das mídias e das formas dialógicas, de modo que o sistema educacional passa por um estágio de decrepitude decisivo para sua sobrevivência.

Portanto, o panorama atual apresenta duas variantes: ou a educação formal morre, solapada pela apreensão do conhecimento na rede, ou se adapta e sobrevive, mas não de modo exclusivo, mas convivendo com as novas formas de educação, como o EAD. Definitivamente, a exclusividade com que a instituição educativa gozou até um passado não tão distante fora destruída pelo acesso rápido, eficiente e concentrado disponibilizado pelo ciberespaço: este é um movimento sem volta.

Referências

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: história* / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1998.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura* / Tradução de Carlos Irineu da Costa. – São Paulo: Ed. 34, 1999, 21 – 30 e 157 – 176.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. – 2. ed., 7ª reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Org.). *O historiador e suas fontes*. – 1. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2011.

